

## ACTA N.º 28

### **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006:** -----

----- No dia vinte e oito de Dezembro do ano dois mil e seis, nesta cidade de Mealhada, no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Mealhada, reuniu o Executivo Municipal, sob a presidência do Senhor Carlos Alberto da Costa Cabral, Presidente da Câmara Municipal, com as presenças da Senhora Vice-Presidente, Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e dos Senhores Vereadores, José Carlos Calhoa Morais, António Jorge Fernandes Franco, Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques e Carlos Alberto Gonçalves Marques. O Senhor Vereador João Fernando Oliveira Pires não esteve presente por se encontrar de férias, tendo a falta sido considerada justificada. -----

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica, Cristina Maria Simões Olívia. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Exmo. Presidente da Câmara, pelas 14,45 horas, foram tomadas as seguintes deliberações: -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

1) O Senhor Vereador Breda Marques tomou a palavra para dizer ter tido conhecimento de que um órgão de Comunicação Social noticiou que a Câmara iria assumir a organização da Expomealhada e solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente sobre o assunto. O Senhor Presidente respondeu que só ele fala em nome da Câmara e mais ninguém, apesar de lhe merecerem todo o respeito as pessoas em causa. Frisou nunca ter dito que a Câmara iria chamar a si a organização da Expomealhada, nem o contrário. Referiu ainda que a questão teria de ser analisada e ponderada e que sobre o assunto se pronunciaria na altura própria. O Senhor Vereador Breda Marques insistiu, dizendo ter ficado com dúvidas sobre a questão de saber quem é que iria organizar a Expomealhada, tendo o Senhor Presidente retorquido que só falou sobre o assunto porque um Senhor jornalista o interpelou para tal, e que o Senhor Presidente da Associação Comercial e Industrial da Mealhada não pode falar em nome da Câmara Municipal. -----

2) O Senhor Vereador Carlos Marques interveio para referir ter verificado que a iluminação de natal esteve este ano muito pobre, mais pobre que a pobreza de anos anteriores, que já era patente. Disse sentir-se entristecido com o facto de o Concelho de Mealhada não ter a alegria de outros concelhos vizinhos, a qual é timbre desta época festiva do ano. Deu o exemplo de Mortágua, como uma das localidades próximas onde a iluminação de natal estava mais bonita. Acrescentou ser de opinião que se poderia fazer mais nesse aspecto. Quanto ao “Concurso das Árvores de Natal” disse achar a ideia engraçada, mas que poderia ter sido realizado de forma diferente, tendo ficado aquém daquilo que poderia ser. O Senhor Vereador Carlos Marques interveio ainda a propósito da última sessão da Assembleia Municipal, tendo dito que foi um momento que, de alguma forma, o envergonhou. Foram colocadas questões que ficaram sem resposta, tendo sido gorada a expectativa de quem as fez. Acrescentou que o Partido Socialista esteve extremamente mal, e que o Senhor Presidente, em particular, não adoptou a atitude mais adequada, e que isso o envergonhou enquanto membro do Executivo Municipal. O Senhor Presidente respondeu que o facto de a iluminação a assinalar a quadra natalícia ter sido este ano mais pobre do que em anos anteriores se justifica por uma política de poupança de recursos, e que tal situação não aconteceu apenas na Mealhada mas também noutros concelhos vizinhos. Salientou que a Mealhada não teve patrocinadores para instalar a árvore de Natal mais alta da Europa, como por exemplo aconteceu em Lisboa. -----

O Senhor Vereador Breda Marques manifestou a sua concordância com a necessidade de haver uma poupança de recursos. Frisou no entanto que a iluminação do edifício da Câmara Municipal deveria, na sua opinião, ter sido realizada também este ano, apesar de ter ressaltado não saber se é ou não muito onerosa para os cofres da Câmara Municipal, porque estava espectacular e com muito bom gosto no ano passado. Referiu que não se trata por vezes de gastar muito dinheiro, e que é, antes de mais, uma questão de vontade e de ter ideias, dando como exemplo, a possibilidade de se instituir um prémio para o proprietário da casa com a melhor iluminação de Natal. O Senhor Presidente replicou que o Natal deve ser vivido na sua essência, com mais ou menos iluminação festiva. -----

A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra para referir, a propósito do mesmo assunto, que “*podemos ter boas ideias, mas na perspectiva dos Senhores Vereadores da oposição são sempre as piores do mundo!*” Acrescentou que, pelo que pôde perceber pela intervenção do Senhor Vereador Carlos Marques a iniciativa da “Árvore

de Natal Ecológica” também não produziu os efeitos esperados. Disse que a ideia foi a de proporcionar uma vivência do espírito do Natal de uma forma construtiva e educativa, e que o resultado foi muito bonito. Acrescentou que se na opinião do Senhor Vereador a iniciativa ficou muito aquém do que poderia ter sido feito, deveria transmitir essa sua posição às crianças e professores das escolas participantes, informando-os de que poderiam ter feito melhor! A Senhora Vice-Presidente continuou a sua intervenção, referindo que na sua opinião o esforço das crianças não foi em vão e que é exemplo disso o extraordinário resultado, pois foi dada a todos a oportunidade de contemplar verdadeiras obras de arte, de engenho e imaginação. -----

O Senhor Vereador António Franco interveio ainda a propósito do mesmo assunto, tendo referido ter sido um trabalho excepcional, vivido por todos; Pais, Alunos e Professores, dizendo não concordar com a opinião do Senhor Vereador Carlos Marques sobre o assunto. -----

O Senhor Vereador Carlos Marques respondeu não ter dito que não era uma iniciativa meritória e interessante, mas sim que podia ter acabado de forma diferente daquela que acabou, nomeadamente, a exposição do trabalho das crianças poderia ter decorrido que uma forma diferente. A Senhora Vice Presidente esclareceu que o objectivo inicial era o de expor as árvores de natal no Jardim Municipal durante o dia e a noite, mas que isso não foi possível devido a actos de vandalismo perpetrados por desconhecidos, apesar de a Câmara ter destacado um guarda-nocturno para o local e que aí passou a noite. O Senhor Vereador António Franco informou que as árvores de natal se encontram nas Piscinas Municipais e que o Senhor Vereador poderia visitar a exposição. -----

O Senhor Presidente retomou a palavra para referir, a propósito do segundo ponto da intervenção do Senhor Vereador Carlos Marques, que o Senhor Vereador só fica envergonhado com aquilo que os outros fazem, tendo este retorquido que não só, pois também fica com o que faz, ao que o Senhor Presidente respondeu “*ainda bem!*” Este prosseguiu a sua intervenção, dizendo que na sessão da Assembleia Municipal a primeira expressão proferida pelo representante do PSD foi “*nós vamos votar contra*”, o que o fez presumir que estaria suficientemente esclarecido, bem como o seu Partido, sobre o assunto em discussão e que nada que fosse dito e explicado depois dessa intervenção, contribuiria para uma tomada de posição diferente. O Senhor Presidente disse que apenas achou indispensável corrigir algumas afirmações que foram feitas e que não estavam correctas, como por exemplo a de que a Câmara Municipal teria

vendido os autocarros municipais. O Senhor Vereador Carlos Marques voltou a intervir, para referir que a intervenção do Senhor Deputado Municipal foi bastante clara e que este disse: “*este não é o nosso Orçamento*”, o que é normal, já que não é dado cumprimento ao Estatuto da Oposição, pois a oposição não foi ouvida sobre o assunto, como deveria ser. Frisou que as coisas “*nascem à partida tortas*”, e que depois não há nada a fazer. -----

O Senhor Presidente disse que a forma como o Senhor Vereador preconiza a elaboração de um orçamento impediria que alguma vez se concluísse esse documento e que não tem de ouvir a oposição, pelo menos nos moldes pretendidos pelo Senhor Vereador. O Senhor Vereador Carlos Marques afirmou respeitar a experiência do Senhor Presidente no que à gestão municipal diz respeito, mas que na sua opinião a atitude deveria ser alterada. Fez uma referência ao facto de ter ficado satisfeito por ter ficado sentado ao lado do Senhor Presidente tanto na sessão da Assembleia Municipal como no jantar de Natal da Câmara Municipal, porque isso é um sinal e um avanço, ainda tivesse causado algum “*frisson*”. O Senhor Presidente interveio, mais uma vez, para salientar que o Orçamento foi aprovado por elementos da oposição, quer da CDU, quer do PSD. O Senhor Vereador Carlos Marques disse que com certeza o Senhor Presidente se estaria a referir ao Presidente da Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro, e que o Senhor Presidente sabia muito bem, porque tinha o dobro ou o triplo da sua experiência política, que se trata de uma situação particular, uma vez que os presidentes de junta são homens que entendem a sua freguesia num sentido estrito. O Senhor Presidente fez notar que o Senhor Vereador estava, com as suas palavras, a minorizar o Presidente da Junta e perguntou se o Senhor Vereador achava que os presidentes de junta tinham medo de ser prejudicados pelo facto de votarem a favor ou contra o Orçamento, ao que o Senhor Vereador respondeu não saber, tendo acrescentado que o que é um facto é que o Presidente da Junta de Freguesia da Mealhada ressaltou, aquando da votação, esperar que o seu voto não viesse a prejudicar a freguesia. O Senhor Vereador Breda Marques secundou o seu colega na opinião por este já manifestada, de que o Presidente da Câmara deveria convidar os grupos da oposição para discutir as propostas do Orçamento, e disse que “*se o Senhor Presidente assim não o entendeu fazer, tudo bem, na sua perspectiva, tudo mal, na nossa*”! Acrescentou que o caso do Senhor Presidente da Junta de Ventosa é um caso particular porque o mesmo, e os restantes, têm assento na Assembleia por inerência de funções, e estão a defender os interesses das suas

freguesias. O Senhor Presidente disse que apenas quis frisar que não se pode afirmar que a oposição votou contra o Orçamento, pois alguma oposição votou a favor. O Senhor Vereador Calhoa Morais tomou a palavra para referir ter ficado com a ideia de que os Senhores Vereadores do PSD acham que o Orçamento é feito na semana anterior a ser apresentado e que isso é preocupante. Acrescentou que todos sabem que qualquer orçamento é limitado e por isso há que definir prioridades, e que os Senhores Vereadores do PSD não tiveram a coragem de propor uma única obra a realizar. O Senhor Vereador Breda Marques replicou que a apresentação de propostas só se justifica se for feita uma reunião prévia com os Vereadores da Oposição, pois de outra forma não se pode esperar que se façam propostas na reunião em que o Orçamento é apreciado. -----

A Senhora Vice-Presidente leu a intervenção escrita que a seguir se transcreve: Quero-me congratular-me pelo resultado da votação do orçamento na Assembleia Municipal. Vinte votos favoráveis do PS, CDU e PSD e sete votos contra do PSD. Este resultado revela confiança e reconhecimento do rigor e do empenho deste Executivo na condução dos destinos do nosso Concelho. -----

Ao contrário do que foi dito pelos Senhores Vereadores do PSD, trata-se de um orçamento de rigor, de vontade de fazer, de capacidade de fazer, de capacidade de desenvolvimento estratégico bem definido e facilmente entendível pelas pessoas de bem, por aqueles que estão na política para servir a causa pública e defender os interesses dos munícipes e do Concelho. -

Os votos favoráveis dos Senhores Deputados do Partido Comunista na Assembleia Municipal e de um Presidente da Junta do P.S.D., revela bem que quem quer o melhor para este Concelho reconhece que o rigor da gestão e a concentração de esforços nos projectos-alavanca são a única e a mais realista maneira de garantir um futuro promissor a este Concelho. -----

No final da sua intervenção a Senhora Vice-Presidente exprimiu ainda a opinião de que “vergonha” deixou de ser um sentimento para passar a ser um chavão do PSD. ---

### **1. APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e em minuta, para produção de efeitos imediatos, aprovar a acta da reunião anterior (acta n.º 27), após se ter procedido à sua leitura.* -----

### **2. APOIOS FINANCEIROS ÀS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS DO CONCELHO DA MEALHADA.** -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente datado de 21 de Dezembro do corrente ano, que aprovou a concessão dos apoios financeiros às associações mencionadas em epígrafe, de acordo com os critérios

definidos e nos termos da informação da técnica superior de Relações Públicas, sobre o assunto, que a seguir se transcreve: -----

O Senhor Presidente esclareceu que aprovou a atribuição dos apoios por despacho para permitir que o respectivo pagamento tenha lugar ainda neste ano. O Senhor Vereador Breda Marques disse concordar com a definição prévia de critérios e que para isso é importante contar com a participação das associações. Referiu que com certeza a ideia que está subjacente a essa definição é beneficiar as associações que têm maior actividade e dinâmica. O Senhor Presidente respondeu que a ideia base é essa, embora tenha dito que a sua opinião não é inteiramente coincidente. O Senhor Vereador Breda Marques perguntou se as associações recebem mais ou menos do que no ano anterior. O Senhor Presidente disse há algumas que recebem mais e outras menos, mas no seu conjunto as associações recebem ligeiramente mais este ano do que no ano anterior. -----

### **3. ESCRITURAS DE COMPRA E VENDA DE TERRENOS - INFORMAÇÃO.** -

*A Câmara Municipal tomou conhecimento da celebração das escrituras de compra e venda de terrenos, que a seguir se indicam: -----*

*- Em 14/12/2006, de aquisição de duas parcelas de terreno, a primeira com 86 m2 e a segunda com 695 m2, para execução das obras da "Passagem Superior à Linha da Beira Alta/Ramal da Figueira da Foz", de dois prédios inscritos na matriz predial rústica da Freguesia de Casal Comba, sob os números 8623 e 8491, e descritos na Conservatória do Registo Predial de Mealhada, sob os números 2592 e 1839, onde estão registados a favor de Maria Alice Baptista Fernandes Pires e marido, residentes na Freguesia da Lapa, Município de Lisboa, pelo valor de 1.952,50 €; -----*

*- Em 14/12/2006, de aquisição de uma parcela de terreno com 93 m2, para execução das obras da "Passagem Superior à Linha da Beira Alta/Ramal da Figueira da Foz", de um prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Casal Comba, sob o número 8622, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mealhada, sob o número 4540, onde se encontra registado a favor de Francisco Simões Alves e esposa, residentes na Freguesia de Casal Comba, Município de Mealhada, pelo valor de 232,50 €; -----*

### **4. JUNTA DE TURISMO LUSO - BUÇACO – ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA.** -----

O Senhor Presidente informou que o Administrador Delegado da Junta de Turismo, Senhor Raul Aguiar, se tinha deslocado à Câmara a seu pedido para estar presente na reunião na altura da discussão deste ponto da Ordem do Dia, para prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre o documento em análise e porque no ano passado foi sugerido que tal presença seria útil. Depois de o Senhor Presidente lhe ter dado a palavra, o Senhor Raul Aguiar fez uma breve intervenção explicativa do Plano de Actividades e Orçamento para 2007 e, no final, disse estar à disposição do Executivo para responder às questões que lhe quisessem colocar. -----

O Senhor Vereador Breda Marques interveio referindo desconhecer que o Senhor Raul iria estar presente na reunião, mas que tal presença era positiva por permitir a prestação de alguns esclarecimentos. Aproveitou para perguntar porque razão a reunião que se deveria realizar com a Junta de Turismo, em data a acordar com os seus representantes, sobre a proposta de elaboração de uma brochura de divulgação turística do concelho, e que foi aprovada por unanimidade em reunião da Câmara, ainda não teve lugar. Disse que gostaria de saber se foi ou não por indisponibilidade dos membros da Junta de Turismo. -----

A Senhora Vice-Presidente tomou a palavra para informar já ter falado sobre o assunto com o Senhor Raul Aguiar, e que nessa conversa se concluiu, numa análise preliminar, que não seria de avançar com a elaboração da brochura com o objectivo visado na proposta, considerando o seu elevado custo e o fraco impacto junto dos visitantes, uma vez que num ambiente de Carnaval ninguém daria importância à brochura. Referiu ainda que a Câmara Municipal iria desperdiçar dinheiro para ver centenas de brochuras no chão. -----

O Senhor Vereador Breda Marques manifestou-se indignado pelo facto de o assunto já ter sido tratado e os Vereadores da Oposição, autores da proposta, não terem sido informados sobre a decisão tomada. -----

O Senhor Vereador Calhoa Morais disse não ter quaisquer objecções a fazer ao Orçamento da Junta de Turismo e Plano de Actividades para 2007. Acrescentou que gostaria de dar os parabéns à Junta pela excelente exposição que organizou sobre o tema “Histórias e Memórias do Buçaco”, tendo o Senhor Raul referido, num aparte, que a exposição contou com a presença de 3543 pessoas num mês. O Senhor Vereador Calhoa frisou ser com iniciativas dessas que se promove o concelho. -----

O Senhor Vereador António Franco também interveio a propósito do mesmo assunto, tendo dito ser de realçar o empenhamento e colaboração dos jovens do Luso nessa iniciativa. -----

O Senhor Vereador Breda Marques disse que a Junta de Turismo desempenha um importante papel na divulgação turística do concelho e que o Orçamento para 2007 registava uma melhoria significativa, relativamente ao ano transacto. Questionou o Senhor Raul sobre a forma como a Junta desenvolve o trabalho de “atração” de pessoas e empresas que querem organizar encontros, convívios e seminários no Concelho, já que essa prática vem expressamente referida no Plano de Actividades, tendo o Senhor Raul esclarecido que seleccionam algumas empresas de maior dimensão, como por exemplo Laboratórios Médicos e os CTT, e enviam informação relevante sobre o concelho. Informou ainda que no ano passado a Junta enviou informação sobre as instalações desportivas do Centro de Estágios do Luso para algumas das grandes equipas europeias. O Senhor Vereador Breda Marques ressaltou a discrepância existente na percentagem das despesas correntes (90%) por comparação com as despesas de capital (4%), tendo a Senhora Vice-Presidente esclarecido que o objectivo da Junta de Turismo é a promoção turística, e que o investimento em promoção turística é feito com recurso a rubricas de despesas correntes, uma vez que estão classificadas como tal no plano de contabilidade aplicável á Junta, que, por ser genérico, não espelha a realidade da instituição. -----

Uma vez que não foram colocadas mais questões ao Senhor Raul Aguiar, o Senhor Presidente agradeceu a sua presença na reunião, ao que o mesmo retorquiu querer continuar a contribuir para a promoção do turismo no Concelho da Mealhada. -----

*A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável ao Orçamento e Plano de Actividades da Junta de Turismo Luso – Buçaco para 2007, devendo o mesmo documento ser remetido à Direcção Geral do Turismo para aprovação nos termos da lei. -----*

*Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos. -----*

**AUSÊNCIA DE VEREADOR** – O Senhor Vereador Breda Marques ausentou-se da reunião às 16 horas e 45 minutos. -----

## **5. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL N.º 7 - DESPACHO.** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento do Despacho, exarado pelo Senhor Presidente, em 20/12/2006, que aprovou a Alteração Orçamental n.º 7, no valor de 189.326,00€ (cento e oitenta e nove mil trezentos e vinte e seis euros). -----*



**6. ARRANJO DAS ZONAS ENVOLVENTES AOS MOINHOS DE CEREAIS DO LOGRASSOL – PRORROGAÇÃO DE PRAZO.** -----

*A Câmara Municipal tomou conhecimento do despacho do Senhor Presidente, datado de 14 de Dezembro de 2006, que aprovou o pedido de prorrogação do prazo da obra mencionada em epígrafe, por 75 dias e a título gracioso, até ao dia 11 de Março de 2007, em virtude das más condições climáticas verificadas no último trimestre deste ano. O pedido mereceu informação favorável dos Senhores Fiscal da Obra e Chefe da Divisão de Obras Municipais, datadas de 12/12/2006 e 13/12/2006, respectivamente. - Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.* -----

**7. PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA BAIRRADA – ABERTURA DO PERÍODO DE DISCUSSÃO PÚBLICA - INFORMAÇÃO.** -----

*Este ponto foi retirado da Ordem do Dia, pelo facto de se ter verificado que teria de ser apreciado em reunião pública, devendo assim ser agendado para a próxima reunião da Câmara, no dia 11 de Janeiro de 2007.* -----

**8. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA (3ª ALTERAÇÃO) - INFORMAÇÃO.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 3.ª alteração à operação de loteamento da Zona Industrial da Pedrulha, uma vez que nos termos da informação da Senhora Chefe da D.G.U., datada de 21 de Dezembro de 2006, no período de discussão pública não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões pelos particulares.* -----

*Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos.* -----

**9. CONCURSO PÚBLICO DE VENDA DE LOTES DE TERRENO DA ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA - INFORMAÇÃO.** -----

*De 13 de Novembro a 11 de Dezembro do corrente ano, decorreu o concurso público para alienação do lote n.º 8 da Zona Industrial da Pedrulha, tendo sido apresentadas três candidaturas, a saber: Hocloc, Pavimentos e Alumínios, Ld.ª, STIB II, Logística Ld.ª e Óscar Soares Marques. A Câmara Municipal analisou a informação subscrita pela Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística e pelo Senhor técnico superior Urbanista, de 15 de Dezembro do corrente ano, sobre o assunto, que se dá como integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, tendo deliberado, por unanimidade, atribuir o Lote n.º 8, com a área de 5.340,40 m2, a Óscar Soares Marques, que desenvolve a sua actividade económica no âmbito do fabrico e comércio*

*de acessórios de casa de banho e outros materiais de construção, que se encontra actualmente instalado em Souselas, no Concelho de Coimbra, pelo facto de a candidatura representar um valor acrescentado para a estrutura económica e empresarial do concelho, sendo superior ao projecto de investimento da candidatura apresentada pela firma Hocloc, e ainda por evidenciar uma clara aposta na internacionalização, mediante a exportação do produto e por existir o compromisso da mudança da sede social para a Mealhada. A alienação do lote é efectuada nas condições estabelecidas no “Regulamento de Venda de Lotes de Terreno da Zona Industrial da Pedrulha”, aprovado em reunião da Câmara Municipal da Mealhada de 09/06/2005 e em sessão da Assembleia Municipal da Mealhada de 24/06/2005. ----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos. -----*

#### **10. OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – ZONA INDUSTRIAL DA PEDRULHA (2ª FASE) - INFORMAÇÃO.** -----

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, proceder à abertura do período de discussão pública, nos termos da lei, do projecto da operação de loteamento mencionada em epígrafe, integrado no Parque Industrial da Bairrada, uma vez que de acordo com a informação da Senhora Chefe da D.G.U., de 23/11/2006, estão reunidas as condições para o efeito. -----*

#### **13. LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES – ANÁLISE DE PROCESSOS DE OBRAS:** -----

##### **PROCESSO N.º 538 – LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO – EMPARCELAMENTO – URBINO FERREIRA REIS.** -----

*A Câmara Municipal analisou o processo mencionado em epígrafe, tendo deliberado, por unanimidade, nos termos da informação técnica n.º 3, datada de 06 de Dezembro de 2006, dispensar o requerente da obrigação de criação do lugar de estacionamento público, pelo facto de a pretensão se inserir em área urbana consolidada, no “Núcleo Antigo” do Canedo, com alinhamentos definidos que impossibilitam de todo a criação desse lugar de estacionamento público. Mais deliberou a Câmara, nos termos da mesma informação, emitir parecer favorável condicionado à operação de loteamento, que tem por efeito a constituição de um único lote em resultado do emparcelamento de três prédios, nas condições definidas na já referida informação técnica. ----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos. -----*

**OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO URBANO – PROCESSO N.º 7/1999 –  
JOAQUIM LUÍS DE MELO LUXO. -----**

*A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 21 de Dezembro do corrente ano, que autorizou a redução parcial da caução prestada como garantia de boa execução das obras de urbanização tituladas pelo alvará n.º 2/2003. Consideraram-se, para esse efeito, como executados, trabalhos no valor de 144.197,16 €, sendo libertada parte da caução no valor de 129.777,16 €, restando um remanescente a favor da Câmara no montante de 255.822,56 €, nos termos da informação técnica prestada no requerimento registado sob o número 2804, em 18 de Dezembro de 2006, datada de 21 de Dezembro do mesmo ano. -----*

----- E, não havendo mais assuntos a tratar foi pelo Senhor Presidente da Câmara declarada como encerrada a reunião, pelas 17 horas. Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, \_\_\_\_\_, *Cristina Maria Simões Olívia*, secretária das reuniões da Câmara Municipal, nomeada por Despacho n.º 35/2005, de 24/10/2005, e pelo Senhor Presidente da Câmara, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.-----

---